

*As estruturas elementares da violência**

Pedro Paulo Gomes Pereira**

Las estructuras elementales de la violencia é o título do livro de Rita Laura Segato, lançado em 2003 na Argentina, no qual a autora, em diversos e multifacetados ângulos de leitura, apresenta um *modelo geral* para compreensão da violência. Num projeto ousado, fruto de décadas de investigações e trabalhos sistemáticos sobre o assunto, nove ensaios se sucedem, submetendo ao leitor uma nova forma de perceber a violência em suas relações diretas com gênero.

O primeiro ensaio, “A estrutura de gênero e o mandato de violação”, analisa as dinâmicas psíquicas, sociais e culturais que se relacionam com a violação. Para Segato, a violação é, antes de tudo, um *enunciado*. Desse modo, as análises que circunscrevem os atos de violação a patologias individuais ou a ação imediata e automática da dominação masculina acabam por olvidar uma dimensão fundamental: a violação é, fundamentalmente, um *mandato* que seria condição necessária para a reprodução do gênero como estrutura de relações entre posições marcadas pelo diferencial hierárquico, e instância paradigmática de todas as outras ordens de *status*. A autora assinala, então, o lugar da violação, *como cobrança rigorosa, forçada e naturalizada de um tributo sexual*, na reprodução da economia simbólica de poder cuja marca é o gênero. A violação, portanto, atua nos ciclos regulares de restauração desse poder.

* Resenha do livro de Rita Segato – *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003. Recebida para publicação em fevereiro de 2007, aceita em abril de 2007.

** Antropólogo, Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. pedropaulopereira@hotmail.com

As estruturas elementares da violência

Na busca de formulação de modelo capaz de dar conta da etiologia da violência – sempre pensada em sua associação direta às relações de gênero –, a autora assevera que a violência, no caso da violação, decorre da relação entre dois eixos interconectados – um eixo horizontal, formado por termos acoplados por relações de aliança e competição, outro, vertical, caracterizado por vínculos de entrega ou expropriação. O eixo vertical associa as posições assimétricas de poder à sujeição, ou seja, do perpetrador à sua vítima; o eixo horizontal associa o perpetrador aos seus pares, em relações que atuam objetivando a simetria. Esses dois eixos possuem ciclos que se articulam, formando sistema único cujo equilíbrio é instável e de consistência deficiente. O ciclo cuja dinâmica violenta se desenvolve sobre o eixo horizontal se organiza ideologicamente em torno de uma concepção de *contrato entre iguais*; o ciclo que se revolve em torno do eixo vertical corresponde ao mundo pré-moderno, e se refere ao *universo do status*. As esferas do *contrato* e do *status*, apesar de pertencerem a universos distintos, são coetâneas e se interceptam sistematicamente.

A manutenção do eixo horizontal, que prima pela relação simétrica entre pares, depende, para sua sustentação em simetria, da relação vertical com a posição subordinada. Esse processo origina uma relação de *exação de tributo* no eixo vertical, condição mesma da conservação da estabilidade do eixo horizontal. Essa exação de tributo resulta num fluxo afetivo, sexual e de outros tipos de subordinação que expressa a sujeição constante da posição do que se designa de mulher ou feminina. Como se pode deduzir, esse tributo é voluntário em condições de “normalidade”, mas em períodos e conjunturas especiais pode ser coagido.

A violação é um enunciado que se dirige basicamente a colocutores presentes no cenário ou no panorama intelectual e afetivo do sujeito de enunciação. O estupro, seguindo esse raciocínio, decorre de um *mandato* que dimana da própria estrutura de gênero, e garante, em determinados casos, o preito

que se acredita ter acesso. *Este esquema forma o desenho do patriarcado e das estruturas de gênero, perfilando suas arquiteturas.*

Todavia, se a tentativa é encontrar um modelo geral para a violência, e se a violência é coetânea ao gênero, como acessar a estrutura de gênero? A resposta a essa indagação – deveras importante para o argumento central do livro – é tecida da seguinte forma: O patriarca deve ser compreendido como pertencente ao estrato simbólico ou como estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribui valores entre os personagens do cenário social, ocupando posição no campo simbólico. O domínio do patriarcado e sua coação se exercem como censura no âmbito da simbolização dessa fluidez; âmbito discursivo, no qual os significantes são disciplinados e organizados por categorias que correspondem ao regime simbólico do patriarcado. O discurso cultural sobre o gênero registra, limita e enquadra as práticas. Dessa maneira, a natureza hierárquica e a estrutura subjacente e inerente às relações de gênero – que não são nem corpos de homens nem corpos de mulheres, mas relações hierarquicamente dispostas – não podem ser alcançadas por uma observação simples, de matiz puramente etnográfica. O patriarcado não é, pois, somente a organização de *status* relativos aos membros do grupo familiar de todas as culturas e épocas, mas a própria organização do campo simbólico; uma estrutura que fixa e adsorve os símbolos por detrás da miríade de organizações familiares e de uniões conjugais. Para acessar a estrutura de gênero, se faz necessário, portanto, perscrutar através das representações, das ideologias, dos discursos elaborados pelas culturas e práticas de gênero. Somente esse procedimento permite visualizar a economia simbólica que instala o regime hierárquico e o reproduz.

Um dos grandes momentos do livro é aquele em que a autora faz dialogar Maurice Godelier e Jacques Lacan, ou melhor, os achados etnográficos do antropólogo e uma das proposições fundamentais do psicanalista. A etnografia de Godelier entre os

As estruturas elementares da violência

Baruya da Nova Guiné é relacionada à teoria lacaniana, segundo a qual “a mulher é o falo, enquanto o homem tem o falo”. Esse diálogo permite a autora demonstrar que o falo – em toda sua variação simbólica – é expropriado, e que o ato de expropriação é violento e se reproduz por meios violentos, de forma regular e cotidiana; permite, então, apreender a *célula violenta que Lacan não viu*.

Segato aborda, ainda, diversas outras dimensões da violência. Entre elas, ressaltou: a) o exame da subjetividade dos sujeitos que utilizam a internet; b) e a apreciação da dimensão da violência moral em sua relação com as estruturas elementares da violência. No primeiro caso, a autora nos expõe, avaliando a economia do desejo na internet, como a interação virtual atua sob o sujeito moderno e como essa forma de estabelecer intercâmbios acaba por lhe conferir caráter onipotente. O processo de obliteração do corpo nas conversações na internet dá origem ao sentimento de autoridade absoluta e multiplica a agressividade dos sujeitos. No que se refere à violência moral ou psicológica, a autora indica o seu lugar na reprodução do regime de *status* – tanto na ordem de gênero como na ordem racial, já que esse tipo de violência não é percebido como espúrio nem dispensável à ordem de gênero, mas como inerente e essencial, exercendo papel ubíquo de atualização na ordem de *status*.

Diante da diversidade de abordagens, seria possível indicar a tese central do livro, aquela que permitiria a autora discorrer sobre assuntos tão díspares – como gênero e hibridismo na transnacionalização da cultura Yoruba; família, sexo e gênero no Xangô; além dos já mencionados temas, como violação, violência moral, economia do desejo no espaço virtual da internet – e, ainda assim, manter uma coerência e unidade na análise? Podemos pensar em duas teses centrais que percorrem toda a obra.

A primeira assinala que a exação do tributo de gênero é condição indispensável para a habilitação dos que aspiram ao *status* masculino e esperam poder competir ou se aliar, regidos por

um esquema contratual. A violência tem papel fundamental na reprodução da ordem do gênero, sendo-lhe mesmo consubstancial. A articulação violenta é paradigmática da economia simbólica dos regimes de *status*, exercendo papel central na reprodução da ordem de gênero. Dessa forma, fica evidente que a moral e o costume são indissociáveis da dimensão violenta do regime hierárquico.

A segunda idéia – que imprime à obra feição bem particular – consiste na tentativa de obter e indicar caminhos possíveis para se afastar da história da dominação patriarcal. Daí a necessidade de Segato mostrar em diversas ocasiões no livro como um discurso híbrido, desestabilizador e irônico do *código afro-brasileiro*, entendido como forma profunda de reflexividade, aponta uma “possível saída da humanidade em direção pós-patriarcal” (2003:19).

Um dos aspectos importantes do livro de Segato, percebidos logo na primeira leitura, reside na possibilidade de repensar as políticas públicas direcionadas à violência contra a mulher. Como vimos, a autora enfatiza questões cruciais, muitas vezes negligenciadas nas análises sobre violência de gênero: a dimensão expressiva e não apenas instrumental dos crimes contra as mulheres e a presença da interlocução entre os agentes – interlocução tanto ou mais importante que a conexão imediata entre agressor e vítima.

Essa ênfase possibilita pensar novos caminhos e fendas inexploradas. Quando as políticas públicas se centram mais no perpetrador, olvidando-se do intenso processo de comunicação do ato violento, com certeza, muito do essencial é deixado de lado, impedindo a eficácia das ações. A produção teórica de Segato demonstra mesmo quão relevante podem ser as análises desenvolvidas em *Las estructuras elementales de la violencia*, como se afigura em seus ensaios posteriores sobre crimes na Ciudad de Juárez, feminicídio, relações entre território e corpo e sobre o Édipo brasileiro.

Outra contribuição da autora repousa na forma de construir seu olhar. Muitas das análises de gênero e de violência de gênero que se querem objetivas e científicas acabam caindo numa armadilha: ao espelhar a construção de sua narrativa numa estrutura epistemológica disciplinar cerrada, acabam replicando a voz de um sujeito branco, masculino, heterossexual e pertencente às elites. Creio que é na tentativa de fugir desta cilada epistemológica que devemos compreender a obra de Segato, daí a tentativa consciente de ultrapassar as barreiras disciplinares. A autora tem ciência de que escrever antropologia é estar no contexto de hegemonia disciplinar, e transpor essa hegemonia significa um tipo de conhecimento transdisciplinar. O diálogo estabelecido com a psicanálise por todo o livro, por exemplo, desestabiliza seu próprio discurso, fazendo com que a autora parta de muitas tradições, disciplinas, num *pensamento liminar*, para utilizar a expressão de Walter Mignolo (2003). Essa afirmação, contudo, precisa ser mais bem delimitada.

Ao relacionar os achados etnográficos de Godelier à teoria de Lacan, Segato assevera que as teorias são igualmente importantes e que não se deve conferir privilégio epistemológico ao Ocidente; em realidade, ela *opera uma ruptura epistemológica quando percebe nos povos e culturas subalternas um potencial epistemológico*. As páginas finais de *Las estructuras elementales de la violencia* apresentam claramente o potencial epistemológico do subalterno que conhece tanto a razão do senhor como a razão do escravo, enquanto que o senhor conhece apenas sua razão, mas não a do escravo.

Esse movimento possibilita a autora fugir das redes que aprisionam os pensadores exclusivamente ao legado europeu ou norte-americano, distanciando-se, assim, de uma visão *monotópica*, ou seja, de uma perspectiva de um sujeito cognoscitivo que se situa universalmente, *um sujeito disciplinar – o conhecedor – não contaminado pelo outro que descreve*.

O pensamento de Segato se posiciona sempre *entre*, uma posição que permite pensar *entre* línguas e tradições,

traduzindo códigos e sistemas de signos, relacionando histórias locais e projetos globais. Esse se situar *entre* assegura o caráter liminar do pensamento de Segato.

A autora parece ter ciência do caráter inaudito de suas análises e de sua ousadia, que pode ser percebida na sua preocupação em *submeter* suas idéias ao público (2003:13). Submeter os textos em busca de críticas, de dúvidas, de contribuições, numa procura de interlocutores, para que se avance no conhecimento e nas ações, e que possibilite um contra campo à violência. Se o ato de violência é um ato de comunicação, a própria comunicação – e o diálogo – poderá subverter essa cadeia constitutiva. Diante deste chamado e de um texto tão provocante, cada qual reage de determinada forma. Destaco duas observações.

Em primeiro lugar, Segato em diversas ocasiões relaciona soberania e vítima sacrificial. Giorgio Agambem (2002a, 2002b, 2004) vem trabalhando soberania, mas relacionando-a ao *homo sacer* – aquele ser que não é sacrificável. O autor busca compreender os espaços em que o *homo sacer* se embate com o poder soberano. Soberana, para Agambem, é a esfera em que se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar sacrifício, e sacra – matável, sacrificável – é a vida que está atrapada nessa esfera. Como relacionar, então, as mulheres foracluídas do cenário nacional e o poder soberano? Devemos percebê-las dentro da esfera do *sacer*, entendida na concepção de Agambem, ou como vítimas sacrificiais? De que forma as vítimas sacrificiais se relacionam como o *homo sacer*? De forma mais geral, poderíamos indagar como a obra de Agambem se vincula às idéias de Segato?

Em segundo lugar, questiono-me sobre a definição de gênero de Segato e as relações que ela estabelece com autoras importantes como Judith Butler e com a teoria *queer*. Butler asseverou que a identidade sexual era resultado de práticas discursivas e performáticas de gênero; gênero seria uma ficção cultural, um efeito performático de atos reiterados, não havendo, assim, uma essência. Gênero é, pois, uma identidade instável,

instituída por intermédio de repetições estilizadas e seu efeito se produz mediante a estilização do corpo. As repetições produzem ilusão de um gênero constante. O movimento que instaura as sexualidades normais advém de *atos de violência e exclusão* que, ao mesmo tempo em que criam os corpos e sexualidades normais, geram corpos abjetos e sexualidades anormais. A ênfase, portanto, está na performatividade e em como o contra-discurso ocorre na possibilidade de se reapropriar das normas e códigos, ressaltando a debilidade e fragilidade das estruturas heterocentradas. Daí a importância e o potencial subversivo que a autora confere aos atos de fala, bem representados na discussão *queer*.¹ Para Segato, as relações de gênero devem ser entendidas no universo da estrutura patriarcal, sob a violenta coerção patriarcal; violência e gênero são consubstanciais. Na verdade, o gênero pode ser percebido tanto como estrutura de relações entre posições marcadas pela hierarquia, como na dominação patriarcal simbólica.

As duas autoras parecem coincidir nas estratégias de combate à violência. Como Butler, Segato afirma que, quanto mais ênfase se deposite em significantes expressivos na circulação e na mobilidade de gênero, mais nos distanciaremos da esfera patriarcal. Assim, no capítulo “Inventando a Natureza”, o leitor vê surgir uma sociedade andrógina, na qual são irrelevantes termos como heterossexual ou homossexual, e que imprime uma maneira diversa de “*inventar a natureza*”, se opondo às concepções ocidentais (2003; 2005). Contudo, se a proeminência de Butler está em assinalar o caráter performático de gênero e ressaltar as possibilidades de inversão, a ênfase de Segato indica a fluidez de gênero na tradição afro-brasileira, nas condições legais e institucionais para criar um contra-campo à dominação patriarcal, na discussão da lei como instância de transformação social.

¹ Sobre as definições conceituais de gênero em Butler, ver principalmente os textos de 1990, 1998, 2004. Sobre *atos de fala* e a teoria *queer*, ver os de 1997 e 2002.

Essa pequena digressão enseja perguntas como: Seria a posição de enunciação dessas autoras que as levariam a priorizar determinada visão de gênero e eleger temas específicos para abordar? Seria o *locus* de enunciação que permitiria a Butler aderir ao movimento *queer*, enquanto Segato ainda não sentiu a necessidade de se pronunciar sobre o assunto em seus textos? Em relação a esta última pergunta, devemos lembrar que Butler – talvez a mais importante formuladora da teoria *queer* – defende uma postura autocrítica que incida sobre o próprio sujeito *queer*, chegando a pensar na possibilidade de se abandonar o termo, em favor de outro(s) que produza(m) ações políticas mais efetivas (Butler, 2002:59-60). Já Segato, mesmo não nomeando sua teoria de *queer*, assume o trabalho de erosão das estruturas de gênero, manifesto na busca de contextos e experiências híbridas e fluídas que questionem as formas hegemônicas de configuração de gênero – o que a aproxima do pensamento *queer*. Seguindo esse raciocínio, podemos pensar no *xangô-queer*² – cujo movimento conceitual coadunaria com as citadas preocupações de Butler sobre a necessidade de autocrítica permanente, além de expressar a procura de estar vigilante à história e à localidade de cada pensamento. Historicidade e localidade que nos incitam, ainda, a indagar: Até que ponto e de que forma as perspectivas originadas de sua posição de enunciação permitem a Segato romper com a visada exclusivamente eurocêntrica? De alguma maneira, seria também esse posicionar que parece limitar o pensamento de Butler a autores ocidentais? Sem querer responder questões tão difíceis, limito-me a concluir que uma comparação mais cuidadosa e atenta dos trabalhos de Butler e Segato pode ser bastante produtiva, tanto para compreendermos mais o alcance e a dimensão das propostas dessas autoras, como para entendermos mais da temática tratada.

Dadas a originalidade teórica, as questões que suscita e a necessidade de continuar este debate tão premente, fica evidente

² Termo de Segato em comunicação pessoal.

que o livro de Segato ainda não teve no Brasil o destino que merece. Publicado originalmente em espanhol, não alcançou o seu público neste país, e não causou o impacto que poderia – e com certeza ainda alcançará. A esperança é que uma edição revista e ampliada, em português, numa editora de projeção nacional, possa acelerar esse processo e vir a contribuir com as discussões sobre violência.

Referências bibliográficas

- AGABEM, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo, 2004.
- _____. *Homo sacer: o poder e a vida nua*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002a.
- _____. *Lo que queda de Auschwitz. El archivo y el testigo. Homo sacer III*. Valencia, Pré-textos, 2002b.
- BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York, Routledge, 2004.
- _____. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M.M. (org.) *Sexualidades transgresoras. Uma antologia de estudos queer*. Barcelona, Icaria Editorial, 2002.
- _____. *Boddies that Matter: On the discursive limits of sex*. New York, Routledge, 1998.
- _____. *Excitable Speech. A politics of the Performative*. New York, Routledge, 1997.
- _____. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York, Routledge, 1990 [Trad. brasileira: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003].
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais / Projetos Globais. Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. Belo Horizontes, Editora da UFMG, 2003.
- SEGATO, Rita Laura. *Santos e Daimones: O Politeísmo Afro-Brasileiro e a Tradição Arquitipal*. 2ªed. Brasília-DF, EDUnB, vol. 1, 2005, 515 p.
- _____. *Las estructuras elementales de la violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.